



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

PROCURADORIA JURÍDICA DE SCHROEDER/SC

PARECER Nº 19/2025 - PROJUR

*Parecer referente ao recurso administrativo interposto pela empresa **MFMD CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA** e contrarrazões apresentada pela empresa **BEE ASSESSORIA EM ENGENHARIA LTDA**, no Processo de Licitação nº 01/2025-FMS, Modalidade Concorrência Eletrônica nº 01/2025-FMS. Contratação nº 900112025.*

1. SÍNTESE DOS FATOS

O Consulente do Setor de Licitações, através do despacho nº. 32 do Processo Administrativo nº 20/2025, solicita análise do recurso interposto pela empresa MFMD CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA e contrarrazões apresentada pela empresa BEE ASSESSORIA EM ENGENHARIA LTDA, no Processo de Licitação nº 01/2025-FMS, Modalidade Concorrência Eletrônica nº 01/2025-FMS. Contratação nº 900112025.

Constitui objeto da presente licitação A “Contratação de empresa especializada para construção da Unidade Básica de Saúde (UBS), porte I, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários), localizado na testada da Rua Guaramirim, nº 570 do Loteamento Residencial Parque Solar, no bairro Schroeder I no Município de Schroeder/SC, conforme Programa 3600020230050 - Proposta nº 36000003505/2023 – NOVO PAC – Unidades Básicas de Saúde, de acordo com projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos. PRAZO DE EXECUÇÃO: 6 (seis) meses”.

A recorrente alega que os Atestados de capacidade técnica apresentados pela recorrida não atendem ao solicitado no edital de licitações.

Relata que os acervos do engenheiro Eduardo devem ser desconsiderados no certame, porque o mesmo não possui vínculo comprovado com a empresa junto ao CREA.

Menciona que os acervos das obras de Jucileia Mulinari, Gabriela Wolf e Prefeitura de Joaçaba fogem da natureza da obra apresentada, visto que, os dois primeiros se referem a edificações residenciais e o último trata-se de serviço de projetos e não possui registro de acervo junto ao CREA.

Alega ainda, que o atestado de capacidade técnica da Prefeitura de Schroeder os quantitativos de serviços executados diferem muito da obra a ser executada.

E por fim, alega que o atestado fornecido pela Funerária Nossa Senhora do Rosário não possui selo de autenticação no CREA, não apresenta vínculo com ART (Anotação de Responsabilidade Técnica).

Para tanto requer a inabilitação da empresa recorrida.



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Em suas contrarrazões a recorrida pugna pela manutenção da decisão do agente de contratações que a declarou vencedora do certame.

É o breve relatório.

2. DO PARECER

Inicialmente convém destacarmos que as normas que regulamentam os processos licitatórios devem ser interpretadas de maneira que propiciem a ampliação da disputa, desde que não comprometam a isonomia e a finalidade do certame, o que possibilitará a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração.

A recorrente alega que a recorrida deixou de atender as exigências previstas no edital de licitações em relação a apresentação de atestados de capacidade técnica.

Dito isto, passamos a análise do item nº 7.4.4 do edital de licitação o qual trata da apresentação do atestado de capacidade técnica, *in verbis*:

7.4.4 Atestado de Capacidade Técnica que comprove a execução dos serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação, emitido por Pessoa Jurídica de direito público ou privado, em nome da proponente ou do Responsável Técnico (indicado na declaração de responsabilidade técnica); (grifo nosso)

Importante mencionar que conforme relatado pela própria recorrente a recorrida juntou diversos atestados de capacidade técnica em nome do responsável técnico Sr. Flávio Augusto Bozzone Granetto – Engenheiro Civil, que comprovam a execução de serviços semelhantes ao objeto da presente licitação, não havendo motivos para inabilitação da recorrida.

Nesse sentido, temos o entendimento do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, *in verbis*:

REEXAME NECESSÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA. INABILITAÇÃO. ALEGAÇÃO DE NÃO APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO, CONFORME EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS. LICITANTE QUE COMPROVOU TER EXECUTADO SERVIÇOS PERTINENTES E COMPATÍVEIS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE, PROPORCIONALIDADE, ISONOMIA E DANO À COMPETITIVIDADE. DIREITO LÍQUIDO E CERTO CARACTERIZADO, EMPRESA HABILITADA PARA PROSEGUIR NO CERTAME. SENTENÇA MANTIDA. REMESSA CONHECIDA E DESPROVIDA. Verificado que a empresa licitante atingiu a finalidade visada pelos requisitos estabelecidos no edital, é de ser garantida a sua participação em todas as etapas do certame. 'O interesse público reclama o maior número possível de concorrentes, configurando ilegalidade a exigência desfilhada da lei básica de regência e com interpretação de cláusulas editalícias impondo condição excessiva para a habilitação (STJ, MS n. 5.693/DFR, Min. Nilton Luiz Pereira)' (TJSC, ACMS n. 2003.015947-9, rel. Des. Luiz César Medeiros) (TJSC, RN n. 0502450-24.2012.8.24.0023, deste relator, j. 23-06-2016). (TJSC, Remessa Necessária Cível n. 0313065-18.2016.8.24.0023, da Capital, rel. Cid Goulart,



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Segunda Câmara de Direito Público, j. 06-08-2019). (grifo nosso).

Ainda, em relação ao questionamento da recorrente de que o atestado de capacidade técnica fornecido pela Funerária Nossa Senhora do Rosário ter sido apresentado sem a Certidão de Acervo Técnico (CAT), a recorrida apresentou a CAT junto com suas contrarrazões, o que é plenamente possível, visto que, se trata de documento que atesta condição pré existente à abertura da sessão, conforme disciplina o Acórdão nº 1.211/2021 do TCU.

Sendo assim, em obediência ao princípio da legalidade, da vinculação ao edital, da igualdade, da economicidade, bem como os demais princípios correlatos, sugere-se pelo conhecimento do recurso interposto pela empresa MFMD CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA e no mérito pelo seu indeferimento.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta procuradoria **SUGERE** pelo **CONHECIMENTO** do **RECURSO** apresentado pela empresa **MFMD CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA**, e no **MÉRITO**, pelo seu **INDEFERIMENTO**.

É o parecer.

Schroeder (SC), 25 de fevereiro de 2025.

DIEGO AUGUSTO BAYER

Procurador Municipal
OAB/SC n.º 28.822

SUZANA PEREIRA LOPES

Assessora Jurídica
OAB/SC n.º 60.105